

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



08
2019



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Marília Closs

Editor Adjunto: Ghaio Nicodemos Barbosa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Vilareal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editores de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar, Liara Farias Bambera, Luã Braga de Oliveira, Márcia Miranda Charneski, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

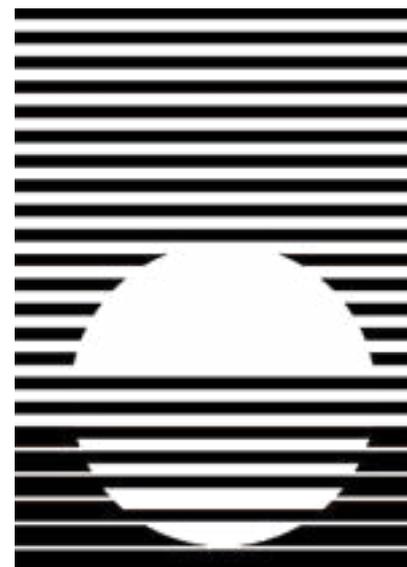
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Amazônia coloca o Brasil no centro da agenda global e gera mais uma crise para o governo brasileiro
Crise das queimadas na Amazônia mobiliza diferentes atores
Ecoicídio provoca reação dos povos originários e dos movimentos sociais

Página 05

Espectro ideológico e lugar da agenda de meio ambiente no governo Bolsonaro
Política climática brasileira põe em risco negociações e cooperação com a UE
Indicação de Eduardo Bolsonaro à embaixada nos EUA enfrenta resistência doméstica

Página 06

Após derrota nas primárias argentinas, Macri anuncia pacote de medidas econômicas e ministro da fazenda renuncia
Governo do Uruguai reage a comunicado dos EUA sobre segurança

Página 07

Extradição de prisioneiro ressalta convergência política entre Brasil e Chile
Ex-combatentes das Farc anunciam nova etapa na luta armada

Página 08

México condena ataque em El Paso e recebe apoio da OEA
Os EUA acusam China de manipulação cambial em meio ao conflito tarifário
Hong Kong passa a figurar na agenda de crises entre China e EUA

Página 09

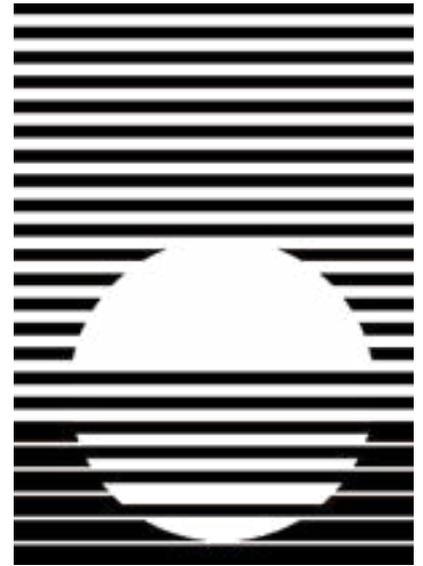
Legislativo chinês busca apaziguar declarações estrangeiras sobre Hong Kong
Índia retira status especial de Jammu e Caxemira

Página 10

Por unanimidade, STF nega extradição do turco Ali Sipahi
Trump defende detenções de imigrantes por tempo ilimitado e restrições a cidadania estadunidense
ONGs denunciam violações aos direitos humanos cometidas pelo governo egípcio

Página 11

Diversos movimentos clamam pelo bem viver e pelo direito aos seus territórios
Novos casos de violência contra a mulher reacendem o debate sobre o tema no mundo



Amazônia coloca o Brasil no centro da agenda global e gera mais uma crise para o governo brasileiro

Em agosto, queimadas de grandes proporções na Amazônia atingiram, direta e indiretamente, quase todas as regiões do Brasil, bem como países vizinhos. Segundo a série histórica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), estima-se que os registros dos focos de incêndio em agosto, embora estejam perto da média histórica, foram os maiores em 7 anos, o que indica um recuo nas políticas recentes. No dia 19, o encontro de uma frente fria e da fumaça proveniente da Amazônia escureceu os céus de São Paulo. No cenário internacional, a agenda ambiental doméstica do governo Bolsonaro ganhou espaço na pauta global diante do intenso fluxo mundial de notícias sobre a Amazônia, bem como das reações de países, organizações internacionais e sociedade civil, o que levou a um prejuízo à imagem do Brasil no exterior, personificada na figura de Bolsonaro. Foram organizados protestos e manifestações em favor da proteção da natureza e pelo combate às violações contra os povos indígenas, tradicionais e quilombolas, que mobilizaram a sociedade em diversas cidades dentro e fora do país. A Noruega e a Alemanha, que no início de agosto suspenderam o financiamento para o Fundo Amazônia em resposta aos retrocessos socioambientais do governo Bolsonaro, emitiram novas críticas à política ambiental brasileira. Os tensionamentos chegaram até a reunião dos sete países do G7, também como estratégia de combater o esvaziamento da reunião do Grupo. Emmanuel Macron, após convocar uma conversa emergencial sobre a Amazônia com os líderes do G7 e de sugerir uma governança internacional da região, voltou atrás e ressaltou a importância de se garantir a soberania do povo brasileiro. A questão da Amazônia se transformou, por fim, em um imbróglcio oportuno na agenda política dos países do G7, que, ao deixarem de lado suas questões domésticas em torno de um tema único, vislumbraram um possível cenário de mudança de foco de debate. Enquanto isso, o governo de Jair Bolsonaro acionou as Forças Armadas para conter as queimadas na Amazônia, ao passo que a Polícia Federal iniciou as investigações sobre o “Dia do Fogo”, dia dos primeiros indícios de focos de incêndio, supostamente provocados por grileiros e pecuarista, com o intuito de apoiar o governo federal.

Fontes: [UOL](#), 20/08/2019; [O Globo](#), 22/08/2019; [El País](#), 23/08/2019; [The New York Times](#), 24/08/2019; [Estado de S. Paulo](#), 24/08/2019; [Le Point](#), 24/08/2019; [The Guardian](#), 25/08/2019; [DW](#), 25/08/2019.

Crise das queimadas na Amazônia mobiliza diferentes atores

Em 22 de agosto, a intensificação da crise das queimadas na Amazônia e a conseqüente tensão diplomática franco-brasileira mobilizaram múltiplos atores. O embaixador do Brasil na França, Luís Fernando Serra, acusou a imprensa brasileira de parcialidade na cobertura das queimadas e a mídia internacional de pretender acabar com a reputação do Brasil, devido à competitividade do agronegócio brasileiro. Após manifestações do presidente francês, Emmanuel Macron, sobre Bolsonaro, o Itamaraty avaliou chamar para consultas seu embaixador na França, e o governo brasileiro recusou €\$ 20 milhões em ajuda dos países do G7 para combater as queimadas. O ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, destacou a importância do recebimento da ajuda internacional. Seguindo essa percepção, Gledson Camelo, governador do Acre, enviou ofícios aos presidentes sul-americanos, buscando apoio no combate aos incêndios. O governo federal designou o Exército para protagonizar uma resposta às queimadas que propagasse uma imagem de empenho no combate aos incêndios e de soberania sobre a Amazônia. No Senado, o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Nelsinho Trad, criticou Macron por referir-se à floresta como “nossa” Amazônia. Na Câmara, a oposição tentou articular uma CPI para investigar a atuação do governo na crise, enquanto governistas discutiam abrir uma CPI sobre a atuação das ONGs, sustentando a narrativa presidencial de que elas poderiam estar envolvidas nas queimadas. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, criticou Bolsonaro e articulou a criação de uma comissão de visita à Europa para reforçar o compromisso brasileiro com a sustentabilidade. Diante de ameaças de recuo no acordo entre União Europeia e Mercosul sob pretexto das queimadas, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo afirmou “espanto”. ONGs europeias realizaram protestos em frente às embaixadas brasileiras em diversas capitais. O mesmo ocorreu no México, no Peru, no Chile e no Equador.

Fontes: [BR Político](#), 23/08/2019; [Estadão](#), 23/08/2019; [Estadão](#), 23/08/2019; [Folha de São Paulo](#), 23/08/2019; [Folha de São Paulo](#), 23/08/2019; [Estadão](#), 23/08/2019; [Folha de São Paulo](#), 25/08/2019; [O Globo](#), 26/08/2019; [BR Político](#), 27/08/2019; [G1](#), 27/08/2019.

Ecocídio provoca reação dos povos originários e dos movimentos sociais

Em agosto, a proliferação dos incêndios na Floresta Amazônica deixou evidente o ecocídio que vem sendo praticado na região. Tal acontecimento não ocorre

apenas em território brasileiro, atingindo também o Paraguai, a Bolívia e o Peru. Porém, após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, que manifestamente se declara contra a demarcação de terras indígenas e incentiva o fomento do agronegócio e da mineração, as queimadas provocadas entre janeiro e agosto de 2019 aumentaram 83% em relação ao ano anterior. Medidas adotadas pelo governo, como a nomeação de um ministro do meio ambiente que se opõe à preservação ambiental, e o enfraquecimento da fiscalização dos órgãos de controle, incluindo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), demonstram a política antiambientalista vigente. Os incêndios, o desmatamento desenfreado, e o descaso pelos povos originários, deixam evidente a barbárie ambiental, ou holocausto, conforme define a ex-ministra do meio ambiente, Marina Silva. No dia 10, após a decretação do “dia do fogo”, evento planejado em prol do agronegócio, o aumento das queimadas disparou em 300%. Imagens de satélites, inclusive da National Aeronautics and Space Administration (NASA), mostraram que o fogo não era tão intenso desde a década de 1980, quando atividades de mineração ocorriam de forma ilegal em áreas do território indígena. No intuito de conter o dano irreversível, líderes indígenas, como o cacique Raoni Matuktire, buscam apoio internacional, como do G7, alegando que o interesse da Amazônia é interesse mundial. Ainda, movimentos sociais e indígenas protestam e divulgam manifestos para chamar a atenção da comunidade internacional de que o ecocídio é um crime contra a humanidade. Advogados do Instituto Anjos da Liberdade peticionaram no dia 26 em desfavor de Jair Bolsonaro perante o Tribunal Penal Internacional para a investigação de crimes puníveis pelo Estatuto de Roma – entre eles, a apologia ao genocídio indígena, cultural, e ambiental.

Fontes: [The Guardian](#), 25/08/2019; [Green Left Weekly](#), 26/08/2019; [Open Democracy](#), 27/08/2019; [Veja](#), 28/08/2019; [Instituto Anjos da Liberdade](#), 29/08/2019.

Espectro ideológico e lugar da agenda de meio ambiente no governo Bolsonaro

Em 15 de agosto, Ricardo Salles, ministro do meio ambiente do Brasil, participou de uma reunião com seus congêneres dos países que compõem os BRICS para discutir a agenda ambiental, tema que se tornou prioritário para sua pasta depois da extinção das secretarias para mudança do clima. Salles apresentou o plano de empréstimo de US\$ 500 milhões com o

Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS para obras de saneamento, tratamento de resíduos e energias renováveis. Na semana seguinte em Salvador, a agência de mudanças climáticas da ONU (UNFCCC) realizou a Semana do Clima para a América Latina e Caribe (Climate Week). O evento ocorreu sob muita expectativa, sobretudo em relação à organização e aos recursos, na medida em que o Planalto e o Ministério do Meio Ambiente se recusaram a apoiar o evento sob o discurso de que “não pagariam para que ONGs fizessem turismo na Bahia”. Com isso, o prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto, assumiu individualmente o apoio e viabilização da Climate Week e abriu o evento ao lado do embaixador da Holanda, do primeiro-secretário da embaixada da Alemanha, e do diretor da UNFCCC. Ainda que o governo federal não tenha enviado representantes para a cerimônia de abertura, o ministro Ricardo Salles participou do evento e foi recebido com protestos e vaias. O comportamento disruptivo de alas do governo de Jair Bolsonaro quanto ao meio ambiente e clima elucida certa confluência de espectros ideológicos dentro da composição desses grupos, para além dos ruralistas. No dia 3 de agosto, o ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, afirmou, em reunião com diplomatas do Itamaraty, que negava o aquecimento global. Com um viés de defesa territorial e proteção das riquezas nacionais, os militares brasileiros também têm se posicionado mais publicamente quanto à agenda ambiental e climática após a percepção de que essa crise poderia colocar a soberania nacional em risco. No dia 22 de agosto, o ex-general do Exército, Eduardo Villas-Boas, afirmou que a mobilização do G7 e a comoção internacional pela Amazônia se tratavam apenas de investida contra a soberania nacional. O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, da ala “olavista” do governo, publicou em 25 de agosto no Twitter que o presidente francês, Emmanuel Macron, é um “calhorda em busca de apoio do lobby agrícola francês” por considerar articular um movimento internacional contra o Brasil.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 31/07/2019; [Brasil de Fato](#), 15/08/2019; [Correio Braziliense](#), 16/08/2019; [Sputnik Brasil](#), 16/08/2019; [Zero Hora](#), 23/08/2019; [UOL](#), 27/08/2019.

Indicação de Eduardo Bolsonaro à embaixada nos EUA enfrenta resistência doméstica

No dia 08 de agosto, os EUA formalizaram o aval ao pedido de agrément do governo brasileiro para a indicação do deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, à embaixada

do Brasil em Washington. A indicação, contudo, segue enfrentando resistência no plano doméstico, sobretudo no Senado brasileiro, onde Eduardo deverá ser sabatinado. Além de recorrerem à consultoria do Senado, a qual, em um dos seus pareceres, concluiu que a indicação do filho do presidente constitui prática de nepotismo, senadores brasileiros protocolaram duas propostas de emenda à Constituição que, caso aprovadas, inviabilizariam a nomeação de Eduardo para a embaixada brasileira nos EUA. Ademais, alguns parlamentares questionaram na justiça brasileira a legalidade da indicação, exigindo a suspensão da mesma. De igual modo, o Ministério Público Federal, em ação civil pública movida na Justiça Federal, defendeu a adoção de critérios, por parte do governo brasileiro, para a escolha de embaixadores de fora da carreira diplomática, como reconhecido mérito em atividades diplomáticas, relevantes serviços diplomáticos prestados ao país e ao menos três anos de experiência de atividades nesse sentido. Segundo pesquisa de opinião, 72% dos brasileiros dizem não apoiar a nomeação de Eduardo para a embaixada. Diante da forte resistência doméstica, o presidente Jair Bolsonaro admitiu que o apoio no Senado ainda não é suficiente para garantir, com segurança, a aprovação de seu filho e, por isso, decidiu adiar o envio da proposta para a casa legislativa. Eduardo, por sua vez, intensificou a articulação com aliados e sugeriu alterações nas regras da votação para a sua sabatina no Senado, que, segundo ele, deve ser aberta ao escrutínio público. Por fim, buscou apoio com os diretores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), prometendo acelerar acordos comerciais de interesse do setor industrial caso venha a se tornar embaixador.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 06/08/2019; [Folha de São Paulo](#), 12/08/2019; [Estado de São Paulo](#), 12/08/2019; [Folha de São Paulo](#), 14/08/2019; [Folha de São Paulo](#), 15/08/2019; [Folha de São Paulo](#), 17/08/2019; [Estado de São Paulo](#), 26/08/2019.

Após derrota nas primárias argentinas, Macri anuncia pacote de medidas econômicas e ministro da fazenda renuncia

No dia 11 de agosto, ocorreram as eleições primárias para a disputa presidencial na Argentina. A chapa “Frente de Todos”, de Alberto Fernández e Cristina Kirchner, saiu vitoriosa com pouco mais de 47% dos votos, enquanto a chapa de Mauricio Macri, atual presidente, fez cerca de 32%. Esta votação daria a vitória para Fernández já no primeiro turno das eleições, que

ocorrerá no dia 27 de outubro. No dia seguinte, o dólar disparou, estabilizando-se até o final de agosto em 60 pesos. Como maneira de buscar reverter o resultado das urnas, Macri anunciou um pacote de medidas econômicas: aumento da faixa de isenção de imposto de renda, assim como um bônus para trabalhadores informais, desempregados e funcionários públicos; aumento do salário mínimo em cerca de 30%; renegociação de dívidas para pequenas e médias empresas; aumento de 40% nas bolsas estudantis; e congelamento dos preços dos combustíveis. A última medida acabou sendo revista pelo governo argentino após protestos das refinarias. O objetivo do pacote é aliviar os efeitos da crise sobre as camadas mais pobres, assim como buscar reaproximar as camadas médias do governo. Logo em seguida, em 17 de agosto, o então ministro da fazenda, Nicolás Dujvone, renunciou ao cargo, reconhecendo erros na condução da política econômica. No dia 29, o novo ministro da pasta, Hernán Lacunza, pediu ao Fundo Monetário Internacional e aos credores privados um adiamento do pagamento de parcelas da dívida, tanto em dólares quanto em pesos. Após o resultado das primárias, o país está mergulhado em um cenário de incerteza política que aprofunda a crise econômica, e a atual administração parece incapaz de revertê-la. Presentemente, o desemprego está acima dos 10%, a inflação acima de 50% ao ano e um terço dos argentinos vive na pobreza.

Fontes: [G1](#), 12/08/2019; [La Nación](#), 15/08/2019; [InfoMoney](#), 18/08/2019; [El País](#), 29/08/2019.

Governo do Uruguai reage a comunicado dos EUA sobre segurança

No início do mês de agosto, o Departamento de Estado dos EUA emitiu um comunicado elevando o alerta do nível de segurança para os cidadãos que forem viajar ao Uruguai alegando um aumento dos níveis de criminalidade no país. Anteriormente, o Uruguai fora classificado por aquela agência no nível 1, que sugere que se tomem precauções normais ao viajar. Com o comunicado, o alerta passou para o nível 2, que recomenda que os cidadãos estadunidenses tomem maiores precauções. Essa decisão gerou reações do governo uruguaio. O Ministério de Relações Exteriores emitiu um comunicado similar para alertar aos uruguaios que pretendem viajar aos EUA que aumentem as precauções diante da crescente onda de violência no país. O chanceler Rodolfo Nin Novoa criticou a decisão do governo estadunidense. Novoa assegurou que o Uruguai não aparece em nenhum ranking que lista os níveis de violência dos países e que não há nenhuma cidade uruguaia que figure entre as 50 cidades

mais violentas do mundo. Ao ser perguntado se o motivo da decisão do governo dos EUA tinha como motivação influenciar as eleições que ocorrerão em outubro próximo, Novoa supôs que sim e sinalizou que o comunicado dos EUA tem como objetivo beneficiar a oposição, já que a segurança tem sido um dos temas centrais da campanha eleitoral. Ele citou como exemplo o plebiscito sobre segurança pública impulsionado pelo ex-candidato à presidência da oposição, Jorge Larrañaga, do Partido Nacional, e que será submetido a consulta popular em outubro. O vice-ministro, Ariel Bergamino, disse que o objetivo do comunicado dos EUA foi criar uma impressão de que o Uruguai está passando por uma situação de insegurança extrema. Em resposta ao governo uruguaio, a embaixada dos EUA no país divulgou um comunicado informando que respeita o direito de os países emitirem recomendações e que a emissão de recomendações de viagens abrange todos os países e tem como fim garantir a segurança dos cidadãos do país.

Fontes: [El País](#), 02/08/2019; [El País](#), 05/08/2019; [El Observador](#), 05/08/2019; [El Observador](#), 05/08/2019; [El País](#), 06/08/2019; [El Observador](#), 06/08/2019.

Extradição de prisioneiro ressalta convergência política entre Brasil e Chile

No dia 20 de agosto, após 16 anos preso no Brasil pelo sequestro do publicitário Washington Olivetto, o chileno Maurício Hernández Norambuena foi extraditado para o seu país de origem, onde também é acusado de sequestro e assassinato. O Chile havia requerido a extradição de Norambuena desde 2002, quando ele foi preso no Brasil. No entanto, devido à falta de consenso entre ambas as partes, o processo não se concretizou. A possibilidade de Norambuena receber benefícios penitenciários motivou a retomada das negociações secretas pela extradição entre a chancelaria chilena e os Ministérios da Justiça de ambos os países. No dia 15 de agosto, o detento foi transferido para a Superintendência da Polícia Federal para dar início aos trâmites da extradição, sem o conhecimento da defesa. O ministro da justiça e segurança pública do Brasil, Sérgio Moro, declarou via Twitter que o governo chileno se comprometeu formalmente a não aplicar uma pena não prevista pela Constituição brasileira, como pena de morte ou prisão perpétua, ato que contrariaria o artigo 13 do acordo de extradição do Mercosul, do qual tanto Brasil quanto Chile são signatários. Logo, a pena aplicada deverá ser de no máximo 30 anos, considerando os 16 anos já cumpridos no Brasil. Ao ser questionado, o Itamaraty afirmou não ter comentários sobre o caso. Via Twitter, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, destacou a pos-

tura cooperativa do país e sua desaprovação em “abrigar criminosos”. Por outro lado, a família de Norambuena classifica a extradição como ilegal e arbitrária, já que a defesa não foi notificada previamente.

Fontes: [La Tercera](#), 18/08/2019; [EMOL](#), 19/08/2019; [G1](#), 19/08/2019; [La Tercera](#), 20/08/2019; [Estadão](#), 20/08/2019.

Ex-combatentes das Farc anunciam nova etapa na luta armada

No dia 29 de outubro, Iván Márquez, guerrilheiro dissidente das extintas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), anunciou por meio de um vídeo disponível na internet que começaria uma nova etapa da luta armada. Nas imagens, Márquez apareceu acompanhado de um grupo de homens armados com fuzis e de outros ex-guerrilheiros conhecidos, como Jesús Santrich, contra o qual existe um pedido de extradição para os EUA, em andamento na justiça. O governo colombiano respondeu às ameaças, argumentando que, por estarem portando armas depois do acordo de paz firmado em 2016, estavam cometendo um grave delito, dando margem para que seja iniciado um novo processo penal contra eles. Ademais, setores de inteligência do governo argumentaram que há diversos indícios de que o vídeo foi gravado em território venezuelano, onde atualmente estão alguns líderes de outra guerrilha colombiana, o Exército de Libertação Nacional (ELN). No vídeo, inclusive, Márquez afirmou que buscava coordenar esforços com o ELN para a luta armada. A declaração repercutiu entre as lideranças políticas. O ex-presidente Juan Manuel Santos defendeu a manutenção do acordo de paz e argumentou que 90% da antiga guerrilha está agindo conforme o negociado, posição compartilhada por Rodrigo Lodoño, ex-chefe da guerrilha que lidera o partido político Força Alternativa Revolucionária do Comum, que incorpora os ex-guerrilheiros. Ao contrário, Álvaro Uribe – ex-presidente e atual senador – defendeu uma reforma do acordo para rever a penalidade aplicada aos ex-combatentes pela justiça transicional. Os EUA também se manifestaram por meio do seu representante especial para a crise venezuelana, Elliott Abrams, que declarou que este rearmamento é motivo de grande preocupação para o país. No dia 09 de agosto, o governo dos EUA já havia manifestado seu apoio ao governo colombiano para promover o desmantelamento do ELN por meio do seu Departamento de Justiça, como evidenciou declaração do vice-procurador-geral dos EUA, Zachary Terwilliger, em seu encontro com o presidente da Colômbia, Iván Duque.

Fontes: [El Tiempo](#), 09/08/2019; [EM](#), 29/08/2019; [El Tiempo](#), 29/08/2019; [El Tiempo](#), 29/08/2019; [El País](#), 30/08/2019.

México condena ataque em El Paso e recebe apoio da OEA

No início do mês de agosto, o governo do México reagiu ao ataque ocorrido nos EUA, na cidade de El Paso, no estado do Texas, que vitimou oito mexicanos. O presidente dos EUA, Donald Trump, fez um pronunciamento condenando o ataque, o racismo e a supremacia branca e recebeu o apoio do chanceler mexicano, Marcelo Ebrard. A Secretaria de Relações Exteriores do México emitiu um comunicado oficial condenando o ataque e chamando-o de “terrorista”. O órgão também informou que adotaria medidas jurídicas, diplomáticas e de proteção às comunidades mexicanas que vivem nos EUA. A principal medida foi apresentar um projeto de declaração no Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) para condenar o atentado. A representante do México nessa instituição, Luz Elena Baños Rivas, afirmou que o teor da declaração assinala o compromisso dos Estados-membros da OEA em adotar as medidas necessárias para combater todas as formas de discriminação, intolerância e xenofobia, bem como investigar e processar os responsáveis de atentados. A solicitação do governo mexicano na OEA foi respaldada pela oposição no Senado. Os parlamentares destacaram que o ataque teve como origem o discurso de ódio e que a organização não poderia permanecer indiferente ao tema. O Conselho Permanente aprovou, de maneira unânime, a petição do México de fazer uma declaração. Tal decisão foi celebrada pelo chanceler Ebrard.

Fontes: [Secretaría de Relaciones Exteriores de México](#), 04/08/2019; [Agência Brasil](#), 06/08/2019; [Secretaría de Relaciones Exteriores de México](#), 06/08/2019; [Milenio](#), 27/08/2019; [Excelsior](#), 27/08/2019; [El Universal](#), 27/08/2019; [El Universal](#), 27/08/2019; [El Universal](#), 28/08/2019.

Os EUA acusam China de manipulação cambial em meio ao conflito tarifário

A moeda oficial chinesa, o Renminbi (RMB), em meio à guerra comercial EUA-China, caiu para o patamar mais baixo em 11 anos, sendo negociado abaixo de 7,15 por dólar. O governo chinês, por meio de nota do Banco Popular da China (PBOC), argumentou que a queda do RMB foi causada por “medidas de unilateralismo e protecionismo comercial e pela imposição de aumentos tarifários à China”, embora negue que a moeda esteja sendo usada como ferramenta para

disputa comercial. Nesse ambiente de troca de acusações, o presidente estadunidense, Donald Trump, publicou mensagem dizendo que a “China baixou o preço de sua moeda para um nível quase histórico. É chamado de manipulação de moeda”. Em contrapartida, o presidente do banco, Yi Gang, disse em comunicado que a China “não se envolverá em desvalorização competitiva, não usará a taxa de câmbio para fins competitivos nem usará a taxa de câmbio como uma ferramenta para lidar com distúrbios externos”. A resposta dos EUA foi um novo aumento de tarifas à importação de produtos chineses, que totalizam um valor de US\$ 300 bilhões. Essa tarifa adicional deverá entrar em vigor no dia primeiro de setembro, quando as autoridades chinesas e estadunidenses têm reunião marcada em Washington. Em uma revisão anual das políticas econômicas da China lançado poucos dias após o anúncio do Tesouro norte-americano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) afirmou que a China tomou medidas no ano passado para sustentar o valor de sua moeda depois que o RMB caiu contra o dólar entre meados de junho e início de agosto de 2018. Por sua vez, em uma declaração a repórteres, o chefe da missão do FMI na China, James Daniel, afirmou que o valor do RMB em 2018 estava “amplamente alinhado aos fundamentos de médio prazo e às políticas desejáveis, ou seja, não supervalorizadas ou subvalorizadas significativamente”.

Fontes: [CNBC](#), 05/08/2019; [BBC](#), 06/08/2019; [Politico](#), 08/08/2019; [The Diplomat](#), 09/08/2019; [The Guardian](#), 26/08/2019.

Hong Kong passa a figurar na agenda de crises entre China e EUA

As relações econômicas e políticas entre China e EUA, já desgastadas pela guerra comercial e cambial, ganham mais uma dimensão: a crise do redor da lei de extradição em Hong Kong. As manifestações políticas tiveram seu início em junho deste ano, e dentre suas principais reivindicações estão o fim da lei de extradição para a China continental, o direito ao sufrágio universal e respeito à autonomia em relação a China continental. A crise política mantém um panorama com muitas incertezas. O embate entre EUA e a China sobre a questão de Hong Kong gira em torno, principalmente, da possibilidade de uma intervenção chinesa na região de administração especial, o que poderia colocar em xeque o princípio afirmado no acordo de 1997 de “um país, dois sistemas” e o possível fim do status comercial especial de Hong Kong com os EUA. A posição estadunidense apresenta dois lados: a visão do Executivo e a do Congresso norte-americano. Trump, em seus recentes pronuncia-

mentos, abordou o fato de a China estar movendo tropas paramilitares para a cidade fronteiriça de Hong Kong, Shenzhen. Ainda assim, o presidente dos EUA tratou a questão com cautela, afirmando que Xi Jinping, líder chinês, tem a intenção de resolver a crise de forma humana e rápida, sugerindo reunião com Xi. O desinteresse do presidente estadunidense pelos direitos humanos e pela defesa da liberdade levou alguns congressistas democratas a criticarem Trump por sua ambiguidade em relação aos valores americanos fundamentais. Foi apresentado ao Congresso dos EUA o projeto “Lei de Direitos Humanos e Democracia de Hong Kong”, exigindo que os EUA avaliem o nível de autonomia política de Hong Kong a cada ano para determinar se a região autônoma continuaria com o status comercial especial, na intenção de forçar um recuo chinês. Há no cenário doméstico estadunidense divergências sobre como lidar com a crise de Hong Kong. De um lado, o presidente Trump, preocupado com as relações econômicas com a China, e de outro, o Congresso dos EUA, com interesse em apoiar o movimento pró-democracia, defendendo a promoção dos direitos humanos, da liberdade de expressão e da manutenção da autonomia de Hong Kong em relação ao continente. Em contrapartida, a China enxerga os protestos como uma investida patrocinada pelas potências ocidentais, a fim de desestabilizar o governo central chinês.

Fontes: [New York Times](#), 13/08/2019; [O Globo](#), 14/08/2019; [Deutsche Welle](#), 15/08/2019; [South China Morning Post](#), 26/08/2019.

Legislativo chinês busca apaziguar declarações estrangeiras sobre Hong Kong

Desde o início de manifestações políticas em Hong Kong no mês de junho, o governo da República Popular da China vem enfrentando controvérsias e pressões internacionais relacionadas ao tratamento dado aos militantes políticos. Lideranças políticas estrangeiras, como a deputada estadunidense e líder da Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi, vem demonstrado desprezo e fazendo duras críticas à postura chinesa adotada para a resolução do conflito. Apesar das declarações do presidente estadunidense assegurarem o reconhecimento de Hong Kong como território chinês e as manifestações serem assunto doméstico, a postura da deputada repercutiu negativamente. O porta-voz do Ministério de Relações Exteriores chinês, Geng Shuang, acusou interesse da deputada estadunidense em provocar o caos em Hong Kong. Diante das controvérsias e repercussão, lideranças do legislativo chinês montaram uma delegação para prestar esclarecimentos e solicitar

uma postura mais prudente e moderada dos representantes do legislativo estadunidense sobre assuntos relativos a Hong Kong, Taiwan, Xinjiang e Tibet. O representante do legislativo da China, Wang Cheng, em reunião com representantes estadunidenses, endossou a importância de maior colaboração entre os países.

Fontes: [South China Morning Post](#), 05/06/2019; [South China Morning Post](#), 12/08/2019; [CNBC](#), 13/08/2019; [Xinhua](#), 15/08/2019; [Xinhua](#), 20/08/2019; [Xinhua](#), 21/08/2019.

Índia retira status especial de Jammu e Caxemira

Um decreto presidencial anunciado pelo ministro do interior da Índia, Amit Shah, em 5 de agosto, revogou o artigo 370 da constituição, que garantia direitos especiais à região de Jammu e Caxemira, zona indiana de maioria muçulmana que é reivindicada pelo Paquistão e pela China. Essa região tinha autonomia em relação ao governo da Índia em diversas áreas, incluindo o direito a sua própria constituição e autonomia para legislar sobre diversas questões, com exceção de temas relacionados à defesa, à comunicação e às relações exteriores. Além disso, a região foi reorganizada em dois territórios federais, bem como não-residentes passaram a receber permissão para adquirir imóveis em Jammu e Caxemira, o que antes era direito exclusivo da população local. A motivação para essas mudanças, segundo Shah, foram de cunho de segurança e combate ao terrorismo transfronteiriço. Enquanto isso, o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, apontou razões econômicas, argumentando que mudanças no status da Caxemira trariam desenvolvimento econômico e melhorias de infraestrutura para a região. A região foi palco de protestos da população, aumento do contingente militar, suspensão de meios de comunicação e restrições de circulação. O Paquistão respondeu a essas medidas suspendendo todo o comércio entre os dois países e expulsando o mais alto representante indiano em Islamabad, capital do país. Além disso, o ministro das relações exteriores paquistanês, Shah Mehmood Qureshi, declarou que o país tem a intenção de levar o caso da Caxemira ao Tribunal Internacional de Justiça. A porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Morgan Ortagus, por meio de um comunicado argumentou que os EUA estão “acompanhando de perto” a situação na Caxemira, embora tenha observado que o governo indiano descreveu essas medidas como “estritamente uma questão interna”.

Fontes: [BBC](#), 07/08/2019; [The Washington Post](#), 13/08/2019; [Al Jazeera](#), 17/08/2019; [BBC](#), 20/08/2019; [Al Jazeera](#), 28/08/2019.

Por unanimidade, STF nega extradição do turco Ali Sipahi

No dia 6 de agosto, a segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, foi contra a extradição de Ali Sipahi. O pedido de extradição pelo governo turco faz parte de um conjunto de ações contra pessoas que são acusadas de ter vínculo com o Hizmet. Esse grupo é associado ao Fethullah Gülen, clérigo que é acusado de atos terroristas na Turquia e vive em auto imposto exílio nos EUA desde 1999. Até o fim de março, o governo turco já havia solicitado a 91 países a extradição de mais de 500 turcos, dentre eles Ali Sipahi, turco naturalizado brasileiro em 2016, que mora no Brasil há 12 anos e foi acusado de terrorismo por ter realizado movimentações no banco Asya, que também foi associado ao grupo terrorista. Por não haver registros desses atos terroristas e por duvidarem que o acusado receberia um julgamento imparcial em seu país de origem, os ministros negaram a extradição.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 06/08/2019; [Reuters](#), 06/08/2019; [Daily Sabah](#), 08/08/2019; [Anadolu Agency](#), 09/09/2019; [TRT](#), 10/08/2019.

Trump defende detenções de imigrantes por tempo ilimitado e restrições a cidadania estadunidense

O governo do presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou no dia 21 de agosto que adotará nova medida que permite a detenção por tempo ilimitado de famílias estrangeiras acompanhadas de menores de idade que entrem no país sem a documentação exigida. A proposta é mais uma tentativa do governo de reforçar o controle das fronteiras. Se a medida entrar em vigor, ela substituirá a regra atual conhecida como Acordo Flores, proferida pela Justiça americana em 1997, que determina que detenções de imigrantes acompanhados de menores não podem exceder o prazo de 20 dias. O embaixador mexicano nos EUA, Arturo Sarukhán, demonstrou preocupação com a medida dizendo, em entrevista, que a administração do republicano continua a impulsionar políticas de medo e que buscam castigar os migrantes. Trump também afirmou estar considerando acabar com a cidadania por nascimento, proibindo que filhos de imigrantes com documentação irregular nascidos nos EUA tenham acesso a cidadania estadunidense, por exemplo. Porém essa proposta vai de encontro com a Constituição estadunidense, necessitando da aprovação de uma emenda constitucional. Segundo

o instituto de investigação Pew Reaserch, cerca de 7,5% de nascimentos no país são de imigrantes com documentação irregular e cerca de 4,5 milhões de americanos tinham pais imigrantes nessas condições.

Fontes: [Telemundo](#), 21/08/2019; [The New York Times](#), 21/08/2019; [VOA](#), 21/08/2019; [Nexo](#), 22/08/2019; [The New York Times](#), 22/08/2019; [VOA](#), 22/08/2019.

ONGs denunciam violações aos direitos humanos cometidas pelo governo egípcio

Desde que Abdel Fatah al-Sisi assumiu a presidência do Egito, diversas são as acusações de violação de direitos humanos no país. Apesar disso, em 20 de agosto, a ONU anunciou que realizaria uma conferência sobre o tema no Cairo, capital do país. Diversos ativistas questionaram a escolha e solicitaram que outro Estado fosse designado para sediar a conferência. Apesar do adiamento, o porta voz da organização, Rupert Colville, argumentou que há mais efeito na realização da conferência em um Estado que precisa “aprender” lições sobre o tema. Por outro lado, Mohamed Zaree, chefe do Instituto de Direitos Humanos do Cairo, alegou que é uma tentativa de mudar a reputação do regime egípcio antes da Revisão Periódica Universal de Direitos Humanos na ONU. No dia 21, organizações independentes lançaram comunicado conjunto pedindo que a conferência fosse cancelada, sublinhando como principal razão o uso sistemático de tortura no Egito como forma de repressão para organizações e defensores dos direitos humanos. No dia seguinte, 20 organizações, enviaram um apelo ao presidente francês, Emmanuel Macron, para que denunciasse violações dos direitos humanos cometidas pelo presidente do Egito, que esteve na França como convidado para encontro do G7. No começo do mês, em 08 de agosto, a Anistia Internacional já havia denunciado a prisão arbitrária de um advogado de direitos humanos e ex-parlamentar, além de, pelo menos, 14 jornalistas, políticos, ativistas e estudantes, sob acusações relacionadas as suas atividades políticas. Em 23 de agosto, foi noticiado que al-Sisi ratificou uma nova lei para regulamentação de ONGs no país. A legislação prevê regras para ONGs locais e internacionais que desejam atuar em território egípcio, além de modificar sanções previstas na lei anterior, de 2017, substituindo prisões em razão de violação das regras do governo por multas de até 60 mil dólares.

Fontes: [Anistia Internacional](#), 08/09/2019; [MadaMars](#), 21/08/2019; [Mundo ao Minuto](#), 22/08/2019; [The Dayle Star](#), 23/08/2019.

Diversos movimentos clamam pelo bem viver e pelo direito aos seus territórios

Com o lema “Território: nosso corpo, nosso espírito”, no dia 09 de agosto em Brasília aconteceu a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, que durou até o dia 14, quando os movimentos se uniram a já histórica Marcha das Margaridas, realizada desde o ano 2000. Foi um momento de fundamental importância para o país e para a América Latina, onde os povos originários enfrentam constantes ameaças às suas produções e reproduções de identidade e vida, e as mulheres são as principais afetadas pelas políticas conservadoras que assombram a região. No Haiti, jovens do campo e da cidade organizaram o 3º Acampamento Caribenhinho da Juventude, destacando a importância da soberania alimentar e a construção do feminismo popular como alternativa ao sistema capitalista, colonial e patriarcal. Caminhando no mesmo sentido, o Exército Zapatista de Liberação Nacional anunciou a criação de novos autogovernos autônomos no México, reafirmando o compromisso em defesa da “Pachamama”, como descreveram no documento lançado no dia 17. O território é espaço de disputa por todo o mundo, e muitas vezes políticas imperialistas tentam acabar com forças de autodefesa de habitantes originários a partir de guerras e invasões. Assim foi marcado o mês de agosto no Curdistão sírio (Rojava), que sofre constantes ameaças de mais invasões da Turquia, que reforçou seu aparato militar na fronteira. Desde que o governo turco invadiu Afrin, cidade síria, ao menos 200 mil pessoas foram obrigadas a abandonar seus lares e houve mais de 300 assassinatos, destacando uma crise humanitária que se soma ao conflito sírio que acontece há mais de oito anos.

Fontes: [La Tinta](#), 06/08/2019; [Brasil de Fato](#), 14/08/19; [Brasil de Fato](#), 16/08/2019; [La Tinta](#), 20/08/19.

Novos casos de violência contra a mulher reacendem o debate sobre o tema no mundo

No dia 14 de agosto, na Espanha, cinco franceses foram detidos pelo crime de estupro coletivo de uma mulher norueguesa e de tocar, sem consentimento, o corpo de sua amiga também norueguesa. Os franceses respondem que a relação sexual foi consentida, embora as mulheres estivessem alcoolizadas durante o ato. Diante deste e de outros casos recorrentes no país, o governo espanhol deseja reformular o código penal de modo que a mulher passe a dar

consentimento explícito nas relações sexuais. Na Cidade do México, centenas de mulheres protestaram no dia 16 de agosto contra casos de assédio, abusos e feminicídios crescentes no país. Nos seis primeiros meses deste ano, foram contabilizadas 111 mulheres assassinadas com armas de fogo; 99 assassinatos com armas brancas e aumento de 20% com relação às denúncias de agressão tendo como referência o ano passado. Esta violência, que afeta mulheres entre 3 e 70 anos, muitas vezes é cometida por autoridades como policiais. Diante desta realidade, os coletivos feministas uniram-se sob o slogan “¡Yo sí te creo!” e “¡No me cuidan, me violan!” para reivindicar uma resposta por parte da Secretaria de Segurança da capital, representada por Jesús Orta, que por sua vez, suspendeu seis policiais e se mostrou disposto a se reunir com as representantes das manifestações. No Peru, no último dia 20, na quarta edição anual da manifestação “Ni una menos”, milhares de pessoas também foram às ruas exigindo do governo proteção frente às diversas violações contra a mulher. Na Rússia, o caso das irmãs Angelina, Maria e Krestina, que mataram o seu pai após anos de abuso sexual, voltou este mês para o debate na opinião pública dividindo opiniões. Por um lado, parte da sociedade acredita que elas deveriam ser condenadas e cumprir a pena de vinte anos de prisão, enquanto a outra parte defende que elas agiram em legítima defesa. A investigação sobre o caso ainda não foi encerrada, mas a volta do debate também trouxe reflexões sobre a necessidade de uma legislação específica sobre a violência contra a mulher na Rússia.

Fontes: [RFI](#), 10/08/2019; [Televisa](#), 16/08/2019; [El País](#), 17/08/2019; [Resumen Latinoamericano](#), 20/08/2019; [The National](#), 22/08/2019.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.



latsul.org

